

EXÉRCITO DE ONTEM x EXÉRCITO DE HOJE

LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
Capitão de Artilharia

"Uma sociedade está sempre começando de novo;
sempre em processo de renovação e perdura só por
causa da renovação."

JOHN DEWEY

TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO

Tradição e renovação constituem um dualismo irreduzível na evolução de uma sociedade. Duas constantes regem os grupos sociais, na ra-

ção do conjunto de traços e caracteres que separa as gerações: a "pressão" dos mais velhos em transmitir valores e a "resistência" dos jovens em incorporá-los.

A tradição, a rotina e a continuidade, provenientes de experiências acumuladas na vida em comum, exercem um imprescindível "poder coercitivo", no linguajar de Durkheim, que assegura a unidade social

ininterruptamente ameaçada de desintegração pelos movimentos renovadores. A tradição, em suma, desempenha o relevante papel de um "sistema de freios" para a coletividade.

A renovação, tônica das sociedades civilizadas, atua em sentido oposto. Representa o afastamento natural do ordinário — a força criadora — que dá origem aos fenômenos novos. Nada mais é do que a manifestação da vida em grupo, fruto da coexistência e do contato dos indivíduos, no dizer de Fernando de Azevedo.

Desta sucinta análise, conclui-se que tanto a renovação como a resistência às inovações são normais e perfeitamente admissíveis em quaisquer agrupamentos humanos. É inerente ao homem procurar um estado de equilíbrio social com vistas a satisfazer seus interesses e necessidades fundamentais. Ao mesmo tempo, as crises econômicas, as culturas diferentes em presença, os desníveis e as contradições sociais, o individualismo e a avalanche do desenvolvimento ocasionam rupturas



que conduzem a um desequilíbrio, não menos significativo. Dos conflitos entre as tradições, conservadoras por natureza, e as forças ativas do renovamento, latentes em toda sociedade, tão comuns nos momentos de efervescência social quando a coletividade toma consciência de suas aspirações e tendências verdadeiras, resultam as discutidas idéias novas germinadoras do progresso.

Afirmam os sociólogos, concomitantemente, que as instituições — o “organizado” da realidade social — só se podem estabelecer e durar na medida de sua capacidade de resistência às inovações e que as representações coletivas variam no tempo e no espaço.

Portanto, o aparente antagonismo existente nessas duas correntes é compreensível, senão imperativo. Em síntese, o almejado equilíbrio social compara-se à imagem da resultante de um binário de forças cujas componentes seriam a ação moderadora da tradição, impedindo a audácia de se precipitar em rumos desconhecidos, e ação incentivadora da renovação, encarnando o evolucionismo.

Daí não se temer as idéias novas, mas admiti-las, discuti-las à luz dos fatos e da razão, aceitando-as ou refutando-as. Jamais contestá-las à primeira vista, sem o menor estudo. Da mesma forma, as tradições não podem ser de pronto ab-rogadas, pois simbolizam o único elo que liga o presente ao passado. Uma vez que os caracteres adquiridos não se herdam, projetado o filme do já vivido na tela dos nossos dias, reconstroem-se experiências valiosas para a solução de problemas atuais.

BEM-ESTAR COMUM

A ciência ensina que a sociedade persiste em função do homem e seu instinto gregário, de uma efetiva unidade interior e da causa maior — a demanda do Bem-Estar comum. Em face disto, todos os objetivos nacionais permanentes, produto de uma formação e cultura convergem para o Bem-Estar que “expressa o ideal de equilíbrio e de prosperidade de cada homem e da coletividade.”

Do exame das principais instituições brasileiras, depreende-se que, embora se mantenham em relativa estabilidade, encontram-se todas sob as influências da conscientização geral, verificada nas últimas décadas, como efeito dos importantes acontecimentos registrados no mundo. As crises políticas e econômicas provocaram mutações nas estruturas sociais. Da nossa participação direta na II Grande Guerra, em que se materializou o contato de culturas diversificadas, houve uma transformação radical no panorama brasileiro. Agravados pelos avanços da ciência e da tecnologia, acelerados pela industrialização e a crescente explosão demográfica, vieram a tona os desníveis e as contradições sociais oriundos de um nefasto individualismo. Em decorrência, imediatamente despontaram as repercussões desse processo histórico que se sucede. A sociedade despertou do primitivismo que a embalava e, numa luta pela sobrevivência, clama por direitos, aspira melhores padrões, reco-

nhece deveres, divisa os reais interesses nacionais e combate o vírus letal do subdesenvolvimento. Consagra-se assim a vocação democrática da Nação. Exigindo que as instituições se ajustem à verdade palpável para que o País aglutine forças, rompa os grilhões a que a ignorância simiesca e a superstição o prendiam e se arrogue os benefícios e a segurança da autonomia, o brasileiro se agita coeso, sem distinção de classe, num esforço titânico para lograr autêntica justiça social cujo reflexo é o Bem-Estar comum.

É a disseminação das palavras de Thomaz Jefferson: "A massa da humanidade não nasceu com sela às costas, nem uns poucos favorecidos de botas e esporas, prontos a cavalgá-la."

O HOMEM E AS FÔRÇAS ARMADAS

O homem, a terra e as instituições, elementos constitutivos da Nação, isoladamente não se realizam.

O homem, obra da hereditariedade e do meio, se apresenta como um ser em contínua evolução biopsico-social, naturalmente sociável, cujas necessidades intrínsecas e extrínsecas também se modificam.

A terra figura como a base física permanente, cuja destinação é ser habitada e explorada pelo homem.

As instituições traduzem-se pelos padrões organizados da vida nacional, indispensáveis à ordem e ao progresso.

As Fôrças Armadas, como expressão militar do Poder Nacional, instrumento da política de segurança e instituição de caráter estável, elemento essencial à constituição da nacionalidade, cabe a pesada responsabilidade de garantir a consecução e manutenção dos objetivos fixados pelas diretrizes do Estado que se conjugam para alcançar o Bem-Estar comum.

Já se disse, com objetividade, clareza e precisão, que, "no primeiro plano, na ordem dos compromissos sagrados das Fôrças Armadas, está a defesa da Pátria, do seu patrimônio moral e material, da sua integridade territorial, da sua independência política e econômica e das suas instituições. Em segundo lugar, incumbe-lhes defender o continente americano contra quaisquer invasores eventuais, pois que os interesses mútuos das nações dêste continente são comuns ao Brasil, e a sobrevivência da Pátria está na dependência imediata da integridade continental e da estabilidade política e econômica de todo o hemisfério."

"Finalmente são as Fôrças Armadas os instrumentos de ação com que contamos para cumprir os nossos compromissos internacionais, especialmente os que assumimos como membros da Organização das Nações Unidas."

Esses três objetivos, dispostos na ordem de prioridade acabada de enunciar, resumem a missão precípua das nossas instituições militares.

Entretanto, é por demais sabido que os progressos técnicos-científicos infundidos à arte da guerra, em tempo algum, tomaram o lugar desta arma decisiva e insubstituível que perdura como objeto primordial de tôdas as ações ofensivas e defensivas — o homem. De nada valerão o arco e a flecha, a lança, a espada, o fuzil, o canhão o engenho blindado, eletrônico ou atômico se não houver alguém capacitado a manejá-lo, empunhá-lo, dirigi-lo, acioná-lo ou escorvá-lo.

O aforismo difundido aos quatro ventos — a carreira das armas é um sacerdócio que determina espírito de sacrifício, renúncia e “élan” — parece assaz relativo. Faz-se mister acentuar que o militar, antes de mais nada, é um ente humano como outro qualquer, pleno de qualidades e defeitos. Está sujeito aos naturais impulsos e estímulos, integra a sociedade e como tal sofre e transmite influências positivas e negativas do meio ambiente, compara, raciocina e tira conclusões. Ademais, “élan” não consubstanciado em alguma coisa de concreto ganha ares de “carreirismo”.

Portanto, para as Fôrças Armadas bem cumprirem sua missão impõe-se que seus quadros, em quem se alicerçam, tenham suas legítimas aspirações satisfeitas. Por conseguinte, a integração do militar na devida época à realidade social, misto de herança e acervo cultural, redundará numa imposição nítida às Fôrças Armadas. Do contrário, forçosamente os objetivos nacionais ver-se-ão comprometidos. Furtar-se ao óbvio significa correr o risco de estagnação. A Nação cujas Fôrças Armadas não acompanham a marcha dos tempos, no sentido lato da palavra, respeitadas as limitações conjunturais, fatalmente colocará a sua segurança em jôgo. Tal assertiva ganha maior consideração, em particular, no caso brasileiro, onde fatores de desagregação econômicos, sociais e geográficos ainda conspiram contra a unidade nacional.

Assim sendo, como instituição, o Exército não faz exceção e vive o drama de País. Na ânsia de desenvolvimento participa da disputa entre o atual e o pretérito.

EXÉRCITO DE ONTEM E DE HOJE

Hoje, retrata o Exército antigo uma organização pesada, mais ou menos isolada da sua destinação democrática, de marcantes contrastes com a sociedade em geral, presa às teias de convenções e preconceitos inflexíveis, de rígida estratificação social, fundamentada num regime extremamente autocrático e de obediência cega que enfatizava a rotina em tudo e desencorajava a iniciativa. Este tipo de instituição só encontra similares atualmente em certas ordens religiosas e alguns estabelecimentos de ensino ortodoxos.

O Exército Moderno emergiu do pós-guerra como um organismo vivo, caracterizado pelo cidadão-soldado, identificado com os problemas da comunidade, cômico da necessidade do elevado sentido de uma hierar-

quia militar e de uma disciplina consentida, porém, mais integrado na sociedade, flexível, realístico, democratizado, especializado, aparelhado e instruído.

Pequeno como foi o Exército Antigo, eram suas tradições e proficiência. Mas as lições aprendidas nos campos-de-batalha do Velho Mundo e os horizontes ampliados pela Revolução Democrática deram, respectivamente, o sôpro inicial e o incentivo que faltavam para imprimir-lhe a feição nova de uma organização dinâmica realmente eficiente, cuja concretização está a reclamar das gerações presentes.

O FATOR EDUCAÇÃO

“A história da humanidade é a história do pensamento, da progressiva ascendência do intelecto sobre a matéria, do predomínio da inteligência sobre a força bruta.”

O principal fator que leva o Exército a se modernizar está no alto nível educacional atingido por seus quadros. Muitos dos contrastes assinalados surgiram da obrigação de chamar às fileiras um potencial humano bem diverso do outrora incorporado. Tal fenômeno se prende a especialização que a II Guerra Mundial trouxe ao Exército. Haja vista a quantidade de Qualificações Militares Gerais e Qualificações Militares Particulares postergadas e criadas, a bagagem de conhecimento imposta ao jovem cadete de hoje e as qualificações do sargento formado pela Escola de Sargentos das Armas. Sem considerar o volume crescente de oficiais e praças com cursos de aperfeiçoamento e extensão no estrangeiro e, portadores de diplomas universitários. Se por um lado o soerguimento do Exército na esfera cultural lhe emprestou nova seiva de desenvolvimento, por outro, gerou inegáveis embates que pedem solução urgente. É normal que o acultramento provoque o homem a solicitar padrões mais condizentes com a sua situação de “animal político”.

FÁBRICA DE PROJETOS

No momento em que o País inteiro se lançou à Revolução, e vale dizer revolução é modificação, não seria lícito à Nação em armas — o Exército, que sempre liderou nossos movimentos renovadores e a quem compete plasmar e devolver cidadãos aptos a viver em sociedade e para a sociedade, permanecer insensível às reivindicações democráticas.

Destarte, em tão boa hora, recebe-se com agrado a notícia da elaboração de um plano para a reorganização do Exército em bases modernas. Contudo, afigura-se oportuno antecipar aos trabalhos de planejamento, uma inovação. A doutrina administrativa atual, extrai suas regras e procedimentos de estudos experimentais. Os países desenvolvidos, no curso da conflagração de 1939-45, provaram a importância de se valer de tudo que o conhecimento humano já sistematizou técnica e cientificamente, inclusive no terreno das ciências sociais, e de não se deixar os planejamentos ao sabor do empirismo, acaso ou de capri-

chos pessoais. Congêneres mais adiantados, tais como os Exércitos da Inglaterra, França, EUA e Rússia concedem à pesquisa operacional uma especial atenção. Com muito mais forte razão, aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, dada a complexidade de seus problemas e as limitações de recursos e tempo, convém uma programação que ajuste "os fins aos meios", isto é, que "a clareza de visão e a frieza de cálculos prevaleçam" na escolha dos objetivos e que a confiança não se dissipe em esforços vãos. Nos dias que correm, o Exército não mais pode prescindir de um órgão de pesquisas para realizar os planejamentos futuros dentro do espírito de "maximização" de lucros com "minimização" de investimentos, calcados em dados quantitativos que exprimam o todo. "Não bastam projetos de fábricas. É preciso uma fábrica de projetos", como diz Roberto Campos.

TEMAS BÁSICOS

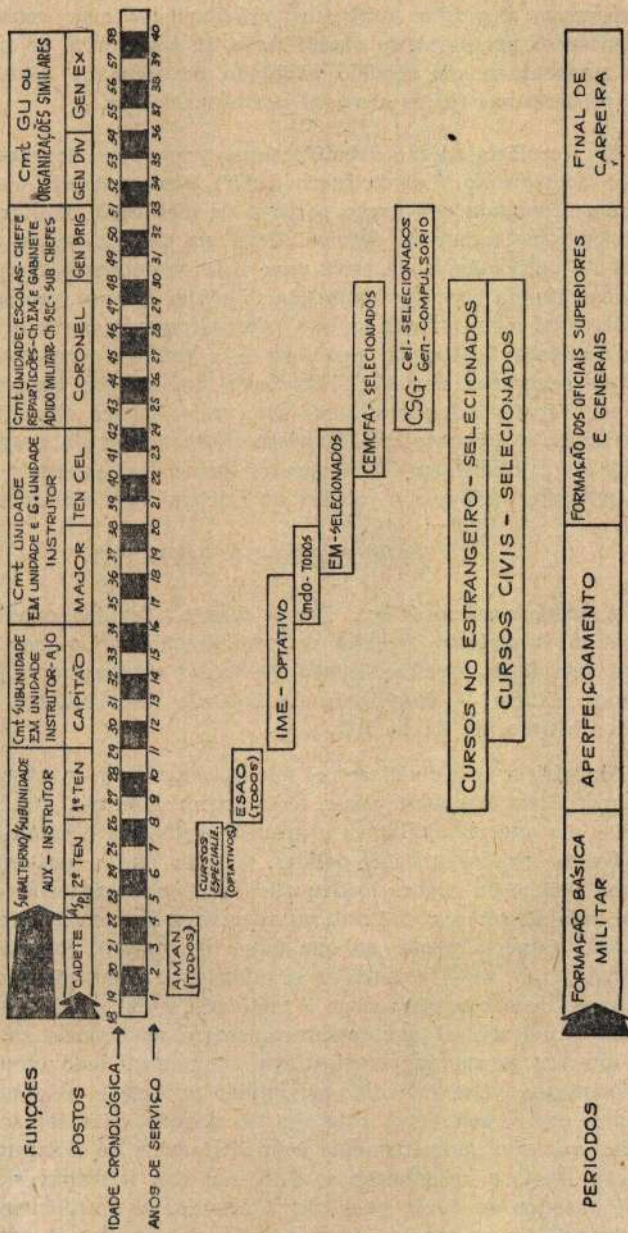
De acôrdo com esta concepção, numa pesquisa sumária, conclui-se que sendo o homem a pedra angular das fôrças terrestres, a sua eficiência, apesar de se condicionar a uma multiplicidade de fatores interpenetráveis, depende, preliminarmente, do ajustamento dêste ao meio. Sômente depois de procedida esta integração poder-se-á esboçar uma infraestrutura racional que leve a uma doutrina eficaz. A justificativa dêste pensamento evidencia-se na máxima de Napoleão: *o moral está para o físico assim como 3 está para 1.*

Se localizados os principais focos de desajustamentos nos quadros do Exército nos vencimentos e no acesso às várias graduações, resta apenas abordar de imediato êstes cruciais problemas com firmeza e coragem.

O militar, melhor do que ninguém, conhece a difícil crise econômico-financeira que assola o País e, nas recentes e amargas horas vividas por todos nós, deu sobejas provas à Nação de desprendimento e acendrada noção de cumprimento do dever, colocando-se acima de interesses particulares e paixões partidárias. Todavia, a fim de não sucumbir tragado pelas sucessivas ondas de possibilidades que o mar da vida civil oferece, merece uma remuneração mais condizente com a posição ocupada na sociedade e os compromissos assumidos perante o Estado.

A reformulação da legislação que regula as promoções é imperiosa. Há que ter energia para abandonar o grande costume de remendar "colchas de retalhos". Com a última lei promulgada sôbre a matéria deu-se um passo à frente invalidando os elogios para a contagem de pontos, arregimentando os instrutores e burilando o processo de escolha dos futuros generais. Mas persistem falhas contornáveis. Por que insistir? Discute-se ainda calorosamente nos quartéis o método de seleção para a promoção por merecimento. Se o instrumento de medidas utilizado revela-se impreciso, determine-se outro que satisfaça os anseios de jus-

QUADRO DEMONSTRATIVO DE UM PROJETO DE CORRELAÇÃO ENTRE A HIERARQUIA MILITAR - - IDADE CRONOLÓGICA E O TEMPO DE SERVIÇO -



tiça da maioria. A ficha de informações vigente, por exemplo, conserva-se excessivamente subjetiva. Evitar-se-ia injustiças se os conceitos obedecessem a padrões explícitos, pré-fixados e mais consentâneos com os modernos processos de classificação de pessoal. À guisa de colaboração, apresenta-se um modelo adaptado da ficha de eficiência em uso com proveito nas forças armadas norte-americanas.

Em corolário ao tão debatido tema promoções, depara-se com o não menos controverso "Lei da Inatividade". Mas a verdade é que se carece de uma acentuada correlação positiva da hierarquia militar, à idade cronológica e ao tempo de serviço. Urge um revisão célere das idades limites de permanência na ativa para rejuvenescimento dos quadros e revigoramento da própria instituição. Àqueles que se contrapõem a esta medida saneadora, alegando que sobrecarregaria bastante o erário, argumentar-se-ia declarando que êsse é o prêmio correspondente à apólice da segurança nacional. Não basta possuir um Exército, é preciso que seja forte. Há porém, uma alternativa pouco simpática para contrabalançar o aumento das despesas conseqüentes da passagem à inatividade de militares em idades menos avançadas: suprimir as promoções na reserva e extinguir o quadro de oficiais especialistas e auxiliares.

RENOVAÇÃO DO EXÉRCITO

A matéria-prima é boa. Propiciadas as devidas condições para vivificar o tradicional espírito de profissionalismo no seio do Exército, honra seja feita, precioso legado de nossos antepassados, passar-se-ia ao segundo estágio — atualização do Estatuto dos Militares e dos regulamentos básicos, do R1 ao R4.

Simplificar e lubrificar a nossa emperrada e obsoleta máquina administrativa. Desburocratizar o Exército. Lembrar que já vão longe os dias em que se aquilatava o grau disciplinar e o valor de um militar por botões luzidios e botas polidas. Atentar que o anti-econômico plano de uniformes em vigor, inadequado ao clima equatorial e tropical variado, não atende aos elementares requisitos de comodidades e boa apresentação (especialmente, no que tange às praças). Regulamentar o uso de traje civil pelos graduados e soldados e o casamento de militares em bases mais coerentes com a realidade social. soldado de hoje não é mais o indesejável que procurava abrigo na caserna em tempos idos. Por-que um jovem que freqüentava um determinado círculo social, repentinamente, vê-se impedido ou inibido de fazê-lo pelo simples fato de cumprir com o seu dever supremo de cidadão? Não faz sentido punir o militar que contrai matrimônio com infrigência do Estatuto, até por imposição legal, e reconhecer a concessão das indenizações previstas no CVM por não se dever penalizar a família. A continência em bicicleta ou motocicleta, as praças fazerem alto nas escadas à presença de um superior hierárquico, o problema de sentar-se à frente ou atrás nos coletivos eriam situações embaraçosas, para não dizer constrangedoras.

Feitas estas considerações, um outro ponto a atacar é a reforma geral da rede de ensino do Exército. Revisto com muita oportunidade e propriedade o regulamento da AMAM, corrigida a posição da EsAO no tempo e instituído o curso de preparação à EsCEME, seria de bom alvitre aproveitar o impulso e efetuar uma completa reestruturação nesse setor. Adequar os currículos à época e aos objetivos em mira. Não se admite perder horas e jornadas transmitindo conhecimentos sem aplicação em detrimento de outros de utilidade indiscutível ou submeter oficiais a tarefas incompatíveis com sua hierarquia, sob a desculpa de que é bom fazê-los sentir os óbices concernentes ao desempenho de funções peculiares de postos ou graduações inferiores. Por exemplo, passar um capitão 24 horas no campo empunhando balizas num levantamento topográfico e ignorar totalmente como conferir um requisitório na qualidade de fiscal-administrativo. Já era tempo, pelo menos, de se lançar a pedra fundamental das escolas das armas e dos serviços, velho sonho acalentado desde priscas épocas pelos que nos precederam. Ainda no catálogo de aspirações defronta-se com a visão de um CTE e CCP fundidos num Instituto Militar de Psicologia e Pedagogia, ocupando o lugar que lhe está reservado por direito no organograma da cadeia de ensino do Exército. As instruções que regulam a matrícula nos diversos cursos de especialização devem restringir o acesso aos mesmos apenas a tenentes e graduados modernos, pois somente assim o Exército colherá os juros do capital empatado na formação dos especialistas. Dar prioridade ao aparelhamento material dos estabelecimentos de ensino e preencher seu claro com pessoal credenciado, eis um assunto para agenda. Não obstante, jamais olvidar os ensinamentos de Fayol. Os melhores instrutores e monitores não se acham exclusivamente entre os diplomados com menção "MB". A aptidão para o tablado, devidamente comprovada, prevalece sobre uma dosagem básica de conhecimentos técnicos-profissionais.

Conseguida a vitória parcial de proporcionar oportunidades idênticas aos oficiais de tôdas as guarnições e de favorecer o recrutamento de maior número possível de candidatos à EsCEME com a organização do curso de preparação a cargo da referida escola, por que não acabar com o tabu da arregimentação para o concurso de admissão? Há uma incongruência entre a Lei de Promoções de Oficiais e as instruções para o concurso à EsCEME. Se a LPO considera arregimentada tôdas as funções de instrutor, por que as instruções para o concurso à EsCEME prescrevem que somente computar-se-á como arregimentado o tempo passado em corpo-de-tropa ou como instrutor da EsA, AMAN, EsSA e CPOR? Outra proposta digna de registro é a revisão dos assuntos constantes do programa para o concurso de admissão à EsCME. Parece mais interessante, senão lógico, tendo em vista as prováveis hipóteses de guerra formuladas hoje e o preparo intelectual do futuro oficial de estado-maior, que estudassem os candidatos temas mais relacionados com a atualidade, sem natural-

mente abandonar o necessário lastro à cultura geral. A interpretação da Carta das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, *verbi gratio*, não aparenta ser mais atraente e útil do que o estudo polémico da localização da Colônia do Sacramento?

Numa tentativa de articular outra linha-de-ação para solucionar a problemática do ingresso na EsCEME, expõe-se o ponto-de-vista, defendido arduamente por muita gente: o desdobramento do curso em dois — um de comando e outro de estado-maior pròpriamente dito. O primeiro, com duração de um ano, teria por finalidade capacitar o oficial superior ao exercício do comando de unidades e selecionar dentre os melhores aquêles que mostrassem aptidão e qualificações para assumir a direção do Exército. Matricular-se-ia, compulsòriamente, neste curso, todos os maiores das armas e serviços. Os oficiais que não obtivessem aproveitamento ou não lograssem a matrícula no curso de estado-maior (com duração de dois anos), teriam a carreira limitada, respectivamente, ao pòsto de major e coronel. Para justificar esta medida é necessário ressaltar que todo homem tem o seu teto. Ter sido um bom tenente, não equivale a posteriormente tornar-se um ótimo capitão, e assim sucessivamente, o fato de um oficial distinguir-se no comando de uma subunidade não o obriga a comandar mais tarde um batalhão, regimento ou uma divisão com mestria. Há necessidade de se separar o joio do trigo, de se colocar o homem certo no lugar certo.

Este processo daria oportunidades iguais aos que desejam galgar todos os degraus da hierarquia militar, propiciaria a vantagem de obrigar os oficiais a manterem a cultura técnico-profissional atualizada, faria justiça aos realmente dedicados à profissão e supriria o nocivo hiato verificado entre a conclusão do curso de estado-maior, como capitão, e o emprêgo efetivo, como oficial superior do QEMA, dos conhecimentos adquiridos.

Finalmente, conveniente se faz enquadrar todos os órgãos de ensino sob uma única cúpula, coordená-los, fiscalizá-los e orientá-los debaixo da égide de uma doutrina comum, não os deixando entregues à iniciativa própria ou apetite indiscriminado dos instrumentos e diretores.

Depois de tomadas estas providências, poder-se-ia enfim voltar a atenção para o físico, ou seja, equipar o Exército e aplicar-lhe nova indumentária — uma ordem-de-batalha adequada à sua missão interna, continental e ultra-marina.

NECESSIDADE DO DIÁLOGO

Este sem número de controvérsias e apaixonantes idéias aqui preconizadas que visam a melhorar a condição de vida e de serviço do militar não são novidades; apenas adquiriram tardiamente no nosso meio dimensões e implicações de realce.

Em 1937, o Exército britânico via-se às voltas com problemas semelhantes e Libell Hart — o Clausewitz do Século XX — os debatia aberta

e honestamente. Naturalmente, suas opiniões, julgadas revolucionárias então, suscitaram ferrenhas críticas e oposições, especialmente por parte do tesouro e do estado-maior imperial. Entretanto, torna-se desnecessário mencionar que muito contribuíram para que, após o desastre de Dunquerque, o Exército inglês modernizado "ganhasse a Paz" em 1945.

As chamadas "Fúrias do Século XX", causadoras de todo êste tumulto, têm como agentes as conquistas científicas e como raízes as idéias novas, que nada possuem de nôvo, pois remotam à "Declaração dos Direitos do Homem" e não ao "Manifesto Comunista" como insinuam os marxistas. Que todos os homens são criados iguais, que todos foram contemplados pelo Criador com direitos inalienáveis como a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade, que para garantir êsses direitos instituíram-se os governos com o assentimento dos homens para que tenham maiores possibilidades de viver em segurança e atingir o Bem-Estar comum, não há dúvida de que são verdades evidentes por si mesmas, genuínos axiomas.

Não se pretende condenar tudo aquilo que foi transmitido às gerações contemporâneas pelas antecessoras. Raciocinar nestes têrmos seria o maior dos absurdos. Mesmo porque o fenômeno da evolução traz implícito no seu bôjo — aperfeiçoar e corrigir. Haverá sempre o nôvo e o antigo. O moderno de hoje, depois de corporificado amanhã pela sociedade, com o passar dos tempos, operará a mesma resistência que encontra do antigo no presente. Portanto, as gerações conflitantes estão no pleno uso de seu dever. O Brasil de agora exige diálogo. Só a fraqueza de argumentos se escuda no quietismo, na falsa consolação e na procrastinação. A rejeição simplista a qualquer idéia que demande raciocínio se assemelha a solução mais fácil e cômoda para a preguiçosa mente humana.

"Não estão nas estrélas a nossa salvação e o nosso pecado", canta o poeta, "mas em nós mesmos".

"Não atingiremos", afirmou Kennedy, "êsse objetivo nem hoje nem amanhã. Talvez não o alcancemos até o fim de nossa vida. Mas a busca é a maior das aventuras de nosso século. Impacientamo-nos, às vêzes, ante o pêso de nossas obrigações, a complexidade das decisões, a agonia da escolha. Mas não há, para nós, nem confôrto nem segurança na evasão, não há solução na abdicação, não há alívio na irresponsabilidade"

O momento não é de indecisão, mas de opção. De opção no sentido de lutar desassombadamente para caminhar sem preconceitos em busca de maior perfeição. Cumpre lembrar que a História é implacável e não regateará em pungir com o ostracismo os conservadores exarcebados que relutam em aceitar um revisionismo puro.

"Se nós mesmos não construirmos nosso destino, ninguém o fará por nós."